



ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE IBIPORÃ

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 90001/2026-CMI (Processo Administrativo nº. 012/2026)

Torna-se público que a Câmara Municipal de Ibiporã (PR), UASG (Unidade Compradora) nº. 928260, por meio do Agente de Contratação/Pregoeiro, realizará Pregão Eletrônico, com critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL**, com modo de disputa aberto, em conformidade com a Lei nº. 14.133/2021, o Ato da Mesa nº. 001/2023, com subsídios da Instrução Normativa SEGES/ME nº. 073/2022; observando ainda o Decreto nº. 10.278/2020 (Requisitos Técnicos de Digitalização), a Lei nº. 12.527/2011 (LAI) e a Lei nº. 13.709/2018 (LGPD); e, demais legislações aplicáveis, para **contratação de empresa especializada para a digitalização do acervo documental físico da Câmara Municipal de Ibiporã (PR), abrangendo documentos em formatos A0 a A8, com preparação, higienização, digitalização, tratamento de imagem, OCR, indexação, organização arquivística, controle de qualidade, e entrega dos arquivos digitais em padrão PDF/A pesquisável e respectivos metadados, com armazenamento e transferência segura (mídias externas e/ou repositório em nuvem), incluindo a aplicação de certificação digital ICP-Brasil em todos os documentos digitalizados, no padrão PAdES (B-LT ou superior) com Carimbo do Tempo (TSA) e mecanismos de verificação de validade (CRL/OCSP), garantindo autenticidade, integridade, autoria, não repúdio e validade jurídica, conforme legislação e normas aplicáveis, de acordo com as normas, condições e especificações estabelecidas neste Edital e seus Anexos, especialmente o Termo de Referência, que se vinculam ao instrumento convocatório.**

A CONTRATADA deverá possuir laboratório próprio e estrutura técnica adequados para execução do objeto, localizados na Região Metropolitana de Londrina ou em raio de até 150 km de Ibiporã/PR, e apresentar plano de logística e segurança, assegurando a custódia física e a integridade do acervo durante todo o processo. **O prazo para a instalação do laboratório, dentro do raio de até 150 km de Ibiporã, para empresas que não estejam na região delimitada, é de até 30 (trinta) dias corridos após a assinatura do Contrato.**

A Licitante interessada em participar deste Pregão Eletrônico deverá, **OBRIGATORIAMENTE**, baixar o Edital e todos os seus Anexos, ler os documentos na íntegra e estar de acordo com as regras descritas, não podendo alegar desconhecimento após a apresentação de proposta e participação na disputa, sob o risco de ser considerada inabilitada e/ou desclassificada do certame, estando sujeita às penalidades da Lei nº. 14.133/2021.

Havendo divergências entre a descrição do objeto constante no Termo de Referência e o descrito no *site* <https://www.gov.br/compras/pt-br>, no “SIASG” ou na Nota de Empenho, prevalecerá, sempre, a descrição deste Edital e seus Anexos.

VISITA TÉCNICA	<i>Até 14/06/2026, das 8 às 12 e das 13 às 17 horas</i>
DATA DO PREGÃO	<i>DIA 15/06/2026</i>
HORÁRIO FASE DE LANCES	<i>9 HORAS</i>
LINK	<i>https://www.gov.br/compras/pt-br/</i>

1. DO OBJETO

- 1.1. O presente pregão tem por objeto a contratação de empresa especializada para a digitalização do acervo documental físico da Câmara Municipal de Ibiporã (PR), abrangendo documentos em formatos A0 a A8, com preparação, higienização, digitalização, tratamento de imagem, OCR, indexação, organização arquivística,



ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE IBIPORÃ

controle de qualidade, e entrega dos arquivos digitais em padrão PDF/A pesquisável e respectivos metadados, com armazenamento e transferência segura (mídias externas e/ou repositório em nuvem), incluindo a aplicação de certificação digital ICP-Brasil em todos os documentos digitalizados, no padrão PAdES (B-LT ou superior) com Carimbo do Tempo (TSA) e mecanismos de verificação de validade (CRL/OCSP), garantindo autenticidade, integridade, autoria, não repúdio e validade jurídica, conforme legislação e normas aplicáveis, nos termos do ANEXO I – Termo de Referência, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

- 1.2. A licitação será realizada em **GRUPO ÚNICO**, com critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO GLOBAL**.
- 1.3. Justifica-se o não parcelamento do objeto com o intuito de assegurar a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação ao realizar os serviços com o mesmo fornecedor (artigo 18, inciso VII; artigo 40, parágrafo 3º, inciso I, da Lei nº. 14.133/2021; conjugado com o art. 7º, IX, alínea *a*, do anexo II, combinado com o §6º do art. 7º do anexo III, do Ato da Mesa nº. 001/2023).
- 1.4. A contratação em Grupo Único garante uniformidade técnica, padronização dos metadados, rastreabilidade e maior eficiência no fluxo de trabalho, evitando fragmentação do processo e divergências na qualidade dos resultados. Além disso, contribui para a modernização administrativa, o fortalecimento da transparência pública e a adoção de práticas sustentáveis, reduzindo o uso de papel e o espaço físico destinado a arquivos, em consonância com os princípios da economicidade, eficiência e interesse público.
- 1.5. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Legislativo Municipal de Ibiporã (PR), para exercício de 2026, na classificação abaixo:

Lei Municipal nº. 3.428/2025 (Lei Orçamentária Anual – LOA).

SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA.

01.031.0001.1002.4.4.90.40.00.00

- 1.6. O valor global máximo para a contratação será de **R\$ 200.000,00 (Duzentos Mil Reais)**.
- 1.7. A Quantidade aproximada de 1.000.000 (um milhão) de folhas, no valor unitário de R\$ 0,20 (Vinte Centavos de Real) por folha, totalizando a quantia de aproximadamente R\$ 200.000,00 (Duzentos Mil Reais). Este valor é **Meramente Estimada**, podendo ser menor ou maior, mas o pagamento final total a cada etapa realizada se dará pelo valor unitário, **não gerando obrigação da Administração de pagar o valor total global estimado**. O dimensionamento final será ajustado



ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE IBIPORÃ

mediante termo de recebimento e medições, conforme previsto no Termo de Referência (Anexo I).

1.8. A CONTRATADA deverá possuir laboratório próprio e estrutura técnica adequada para execução do objeto, localizado na Região Metropolitana de Londrina ou em raio de até 150 km de Ibiporã/PR, e apresentar plano de logística e segurança, assegurando a custódia física e a integridade do acervo durante todo o processo. O prazo para a instalação do laboratório, dentro do raio de até 150 km de Ibiporã, para empresas que não estejam na região delimitada, é de até 30 (trinta) dias corridos após a assinatura do Contrato.

1.9. A CONTRATADA que não cumprir com as especificações do item 1.8. será penalizada de acordo com a Lei nº. 14.133/2021, o Ato da Mesa nº. 001/2023, e as cláusulas constantes no Termo de Referência (Anexo I).

2. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2.1. O Pregão, na forma Eletrônica, será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do Portal de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br>).

2.2. Os trabalhos serão conduzidos pelo Agente de Contratação/Pregoeiro, designado pela Câmara Municipal de Ibiporã (PR), mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o Portal de Compras do Governo Federal.

3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão as empresas, regularmente estabelecidas no País, que sejam especializadas no objeto desta licitação, e que estiverem previamente credenciadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil, até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas, e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sistema relacionado no item 3.1 e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados, sob pena de desclassificação no momento da habilitação.



ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE IBIPORÃ

- 3.4. Não poderá participar da licitação a empresa em processo de falência, concordata, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que tenha sido declarada inidônea, impedida, suspensa pela Administração Pública.
- 3.5. Não poderá participar o servidor de qualquer Órgão ou Entidade vinculada ao Órgão promotor da licitação, bem assim a empresa da qual tal servidor seja sócio, dirigente ou responsável técnico.
- 3.6. A licitante, ao participar do certame, DECLARA, preenchendo o Anexo III – Declaração Unificada que:
- 3.6.1. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 3.6.2. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 3.6.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.
- 3.6.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº. 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº. 14.133/2021.

4. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA LICITAÇÕES

- 4.1. A participação do interessado na licitação se dará por meio de participação direta ou através de empresas cadastradas no Portal de Compras do Governo Federal, através da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos, devendo manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital e seus Anexos.
- 4.2. Os participantes que desejem operar por meio de empresa cadastrada no Portal de Compras do Governo Federal deverão nomear através do instrumento de mandato com firma reconhecida, atribuindo-lhe poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.



ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE IBIPORÃ

- 4.3. O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.
- 4.4. A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa do Portal de Compras do Governo Federal.
- 4.5. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Portal de Compras do Governo Federal e/ou à Câmara Municipal de Ibiporã (PR) a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 4.6. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.
- 4.7. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 4.8. Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, deverá ser esclarecida através do Portal de Compras do Governo Federal.

5. DA PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO

- 5.1. O encaminhamento de proposta para o sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital e seus Anexos, principalmente o que prevê o Termo de Referência e Seus Anexos.
- 5.2. O Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 5.3. No cadastro da proposta eletrônica deverão ser preenchidos corretamente todos os campos disponíveis neste cadastro, SENDO VEDADA A IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE, sendo que o descumprimento desta vedação acarretará na desclassificação da licitante no certame.
- 5.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.5. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos



ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE IBIPORÃ

seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6. DO RECEBIMENTO, ABERTURA DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES

- 6.1. As propostas dos licitantes poderão ser enviadas, substituídas e excluídas até a data e hora definidas para o recebimento das propostas.
- 6.2. Após o prazo previsto para recebimento das propostas, o sistema não aceitará a inclusão ou alteração das mesmas.
- 6.3. A proposta deverá conter Especificação, Quantidade, Unidade, Valor Unitário e Valor Total, se houver necessidade.
- 6.4. A partir do horário previsto no Edital e no sistema, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas.
- 6.5. Todas as propostas classificadas serão consideradas lances na fase de disputas e ordenadas por valor e o sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes.
- 6.6. Aberta a etapa competitiva, os representantes dos licitantes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado, os participantes serão imediatamente informados de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.
- 6.7. O fornecedor poderá encaminhar lance com valor superior ao menor lance registrado, desde que seja inferior ao seu último lance ofertado e diferente de qualquer lance válido para o lote/item.
- 6.8. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10. No caso de desconexão com o Agente de Contratação/Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o Agente de Contratação/Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados.
- 6.11. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes, através de mensagem eletrônica (chat), divulgando data e hora da reabertura da sessão.



ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE IBIPORÃ

- 6.12. A etapa de lances da sessão pública será de acordo com o modo de disputa **ABERTO**.
- 6.13. A etapa de envio de lances na sessão pública durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.14. A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários
- 6.15. Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no item 6.13 e 6.14, a sessão pública será encerrada automaticamente.
- 6.16. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de Contratação/Pregoeiro, auxiliado pela Equipe de Apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.17. Quando for constatado empate, conforme estabelecem os artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº. 123/2006, o sistema aplicará os critérios para desempate em favor da Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.
- 6.18. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada.
- 6.19. Para efeito do direito à preferência atribuído às microempresas ou empresas de pequeno porte, conforme art. 44 da Lei Complementar nº. 123/2006, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:
- 6.19.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;
- 6.19.2. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 6.18, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.20. O disposto nos subitens 6.17 a 6.19 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.
- 6.21. Na aceitabilidade da proposta o Agente de Contratação/Pregoeiro analisará os seguintes critérios para análise da exequibilidade da proposta:



ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE IBIPORÃ

- 6.21.1. Nos termos do inciso III do art. 59 da Lei 14.133/2021 serão considerados inexequíveis preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero.
- 6.21.2. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução
- 6.21.3. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei
- 6.22. Sendo a proposta considerada inexequível pelo Agente de Contratação/Pregoeiro, será facultado ao licitante a possibilidade de comprovar a exequibilidade da sua proposta, nos termos previstos em lei.
- 6.23. Os documentos exigidos no presente Edital e seus Anexos deverão ser enviados no momento do cadastro da proposta no sistema eletrônico do Portal de Compras do Governo Federal ou estarem devidamente atualizados no Sicaf.
- 6.24. Posteriormente ao final da disputa, o Agente de Contratação/Pregoeiro convocará o licitante classificado em primeiro lugar, que deverá reelaborar e apresentar à Administração, por meio eletrônico, a Proposta Ajustada, em prazo de 2 (duas) horas, que será contado a partir da Solicitação de Anexos pelo Agente de Contratação/Pregoeiro usando a ferramenta do referido Sistema. Este prazo poderá ser prorrogado por SOLICITAÇÃO FUNDAMENTADA do fornecedor. A falta do envio da proposta corrigida e dos demais documentos solicitados implicará na desclassificação da licitante desde que não haja ônus à Administração; e, o fornecedor poderá ser penalizado de acordo com a Lei nº. 14.133/2021.
- 6.25. A sessão pública fica suspensa, ou seja, permanece em fase de classificação/habilitação até o recebimento da proposta eletrônica corrigida.
- 6.26. O não cumprimento do envio dos documentos de habilitação conforme estabelece o item 6.23, implicará na inabilitação da licitante e poderá acarretar nas sanções previstas no item 15, deste Edital, podendo o Agente de Contratação/Pregoeiro convocar a empresa que apresentou a proposta ou o lance subsequente.
- 6.27. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatórias, o Agente de Contratação/Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital e seus Anexos. Também nessa etapa o Agente de Contratação/Pregoeiro poderá negociar com o participante para que seja obtido preço melhor.



ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE IBIPORÃ

- 6.28. Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e o valor estimado para a contratação.
- 6.29. A proposta de preços deverá ter a validade mínima de 60 (sessenta) dias, permanecendo este prazo em caso de omissão.
- 6.30. Constatando o atendimento das exigências fixadas no Edital e seus Anexos, e inexistindo interposição de recursos ou estando eles já decididos, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de **MENOR PREÇO GLOBAL**.
- 6.31. Serão permitidos lances com até 02 (duas) casas decimais.
- 6.32. Os lances devem ter no mínimo **R\$ 100,00 (CEM REAIS)** de intervalo de diferença.

7. DA PROPOSTA ELETRÔNICA APÓS LANCES

7.1. APÓS ACEITA A PROPOSTA E DECLARADO VENCEDOR, o licitante deve enviar a proposta eletrônica corrigida com o valor final conforme estabelece o item 6.24 contendo ainda:

- a) o nome do proponente, endereço, razão social, o número do CNPJ, número de telefone, e-mail, dados bancários, dados do responsável pela assinatura do contrato/ata;
- b) declaração de que os preços apresentados compreendem todas as despesas incidentes sobre o objeto licitado, tais como impostos, taxas, encargos sociais e trabalhistas, fretes e seguros;
- c) o prazo de validade da proposta de preços, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias;
- d) o preço do objeto, discriminados em moeda corrente nacional;
- e) especificação/detalhamento completo do objeto oferecido, de acordo com as características apresentadas na Proposta Eletrônica;

7.2. Atendidos todos os requisitos, será considerada vencedora a licitante que oferecer o **MENOR PREÇO GLOBAL** para atendimento do objeto.

7.3. Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital e seus Anexos ou da legislação em vigor.

7.4. A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pela Câmara Municipal de Ibiporã (PR), por intermédio de termo de contrato, conforme minuta em Anexo.

8. DA HABILITAÇÃO



ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE IBIPORÃ

- 8.1. Toda a documentação de habilitação, qualificação econômico-financeira e atestados de Capacidade Técnica listados no Termo de Referência (Anexo I) deverão ser enviados, pelo licitante vencedor, após solicitação do Agente de Contratação/Pregoeiro, pelo sistema eletrônico do Portal de Compras do Governo Federal.
- 8.2. Para habilitação serão exigidos o preenchimento de todos os modelos constantes do Edital e seus Anexos.
- 8.3. Na análise dos documentos de habilitação, o Agente de Contratação/Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 8.4. O Agente de Contratação/Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº. 14.133/2021, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- a) SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores.
 - b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/ceis).
 - c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)
 - d) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
 - e) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU.
- a) Cadastro de restrições ao direito de contratar com a Administração Pública do Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR.
 - b) Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c”, “d” e “e” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).
 - c) A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº. 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.



ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE IBIPORÃ

- 8.5. Além das verificações acima, o Agente de Contratação/Pregoeiro poderá solicitar documentos e informações complementares, estipulando prazo para que a Licitante os apresente sob pena de desclassificação.
- 8.6. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital e seus Anexos.

9. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 9.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº. 14.133/2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 9.2. Será admitida a Impugnação do Edital por intermédio de e-mail ou na plataforma eletrônica do Portal de Compras do Governo Federal, devendo a referida peça ser encaminhada para o e-mail licitacao@cmibipora.pr.gov.br.
- 9.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 9.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 9.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de Contratação/Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 9.5. Se procedente e acolhida a Impugnação do Edital, seus vícios serão sanados, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto, quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

10. DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E RECURSOS

- 10.1. A presente licitação será adjudicada ao licitante que apresentar proposta de **MENOR PREÇO GLOBAL** desde que atendidas às exigências deste Edital e seus Anexos.
- 10.2. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº. 14.133/2021.
- 10.3. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 10.4. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 10.5. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Agente de Contratação/Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.



ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE IBIPORÃ

10.6. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

10.7. Não havendo manifestação dos licitantes quanto à interposição de recursos, a Autoridade Competente adjudicará e homologará o objeto do certame à empresa declarada vencedora.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA VENCEDORA

11.1. Será de responsabilidade do licitante vencedor, além de todos os itens elencados no Termo de Referência – Anexo I e Seus Anexos:

- a. assinar a ata, o contrato, ou instrumento semelhante, no prazo de 10 (dez) dias contados da convocação para realização do ato.
- b. executar com diligência, profissionalismo e segurança os serviços objeto do certame, responsabilizando-se única, integral e exclusivamente pelas consequências e implicações dele decorrentes;
- c. responsabilizar-se pela idoneidade e comportamento de seus colaboradores/prepostos, bem como pelos direitos trabalhistas deste, respondendo por qualquer prejuízo que venha a ser causado por estes em razão da execução do contrato a ser celebrado;
- d. facilitar a fiscalização do contrato a ser celebrado, fornecendo os esclarecimentos e documentos solicitados, sem criar qualquer tipo de embaraço;
- e. manter, até a assinatura do contrato e durante todo o período da vigência contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para prestação do objeto;
- f. cumprir seus deveres de sigilo e de ética profissional, fazendo as recomendações oportunas e desenvolvendo todos os demais atos e funções necessárias ou convenientes ao bom cumprimento das atribuições contratadas;
- g. manter a proposta que lhe classificou como vencedora;
- h. ler todas as condições da contratação, não podendo, posteriormente, alegar seu desconhecimento.
- i. responsabilizar-se por todas as despesas oriundas da execução do objeto;
- j. acompanhar as publicações referentes ao presente certame, as quais serão veiculadas através do site oficial da Câmara Municipal de Ibiporã (PR), no endereço eletrônico <https://www.cmibipora.pr.gov.br>.
- k. executar os serviços em conformidade com as exigências disposta no Anexo I – Termo de Referência deste Edital e Seus Anexos.

12. DO CONTRATO



ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE IBIPORÃ

- 12.1. Após a homologação pela autoridade competente, o adjudicatário será convocado para assinatura do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias corridos, contados da convocação, prorrogável por igual período quando solicitado justificadamente pelo interessado, podendo ser utilizada assinatura digital.
- 12.2. O contrato será por Escopo, com prazo inicial para execução integral dos serviços e entrega de todos os arquivos digitalizados de até 180 (cento e oitenta) dias corridos, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço, podendo ser prorrogado por igual período desde que requisitado pela CONTRATADA em até 30 (trinta) dias antes do vencimento, devidamente justificado.
- 12.3. Se no prazo final de 360 (trezentos e sessenta) dias, o objeto não tiver sido entregue em sua totalidade, o contrato será prorrogado automaticamente até o término, através de simples apostilamento, de acordo com o artigo 6º, inciso XVII, da Lei nº. 14.133/2021..
- 12.4. O licitante que, convocado para assinar o contrato, deixar de fazê-lo no prazo fixado, dela será excluído.

13. DA VISTORIA DO LOCAL

- 13.1. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado da Câmara Municipal de Ibiporã (PR) para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 8 às 12 horas e das 13 às 17 horas.
- 13.2. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia, devendo ser agendada pelo telefone (43) 3258-8456 ou pelo e-mail: administracao@cmibipora.pr.gov.br, com o Diretor Geral.
- 13.3. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 13.4. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.
- 13.5. O interessado poderá optar por não realizar a vistoria, caso em que terá de atestar o conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, mediante declaração formal, conforme § 3º do art. 63, da Lei nº. 14.133/2021.
- 13.6. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.



ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE IBIPORÃ

14. DO PAGAMENTO

- 14.1. A forma de pagamento seguirá as determinações e as condições constantes no Termo de Referência e seus Anexos.

15. DAS PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

- 15.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

- 15.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
 - 15.1.2. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 15.1.3. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - 15.1.4. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
 - 15.1.5. apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital;
 - 15.1.6. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
 - 15.1.7. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
 - 15.1.8. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - 15.1.9. demais situações previstas em legislação em vigor;
- 15.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 15.2.1. advertência;
 - 15.2.2. multa;
 - 15.2.3. impedimento de licitar e contratar com a Câmara Municipal de Ibiporã (PR);
 - 15.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 15.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 15.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;



ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE IBIPORÃ

- 15.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 15.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 15.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública.
- 15.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 15.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 15.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 15.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 15.1.1 e seguintes quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 15.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 15.1.1, e seguintes, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 15.9. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 15.10. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente
- 15.11. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.
- 15.12. Nos casos omissos não expressos neste Edital, será observado o disposto na Lei nº 14.133/2021.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.



ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE IBIPORÃ

- 16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação/Pregoeiro.
- 16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 16.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 16.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 16.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus Anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 16.9. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico www.cmibipora.pr.gov.br bem como no www.comprasbr.com.br
- 16.10. São partes integrantes deste Edital os seguintes ANEXOS:

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II - VISITA TÉCNICA

ANEXO III – DECLARAÇÃO UNIFICADA

ANEXO IV – PROPOSTA DE PREÇO AJUSTADA

ANEXO V – MINUTA DE CONTRATO

Ibiporã, 28 de abril de 2026

(assinado digitalmente)

RAFAEL EIK BORGES FERREIRA

Presidente da Câmara Municipal de Ibiporã (PR)



ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE IBIPORÃ

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 90001/2026-CMI
(Processo Administrativo nº. 012/2026)

1. Descrição do Objeto

- 1.1.** Contratação de empresa especializada para a digitalização do acervo documental físico da Câmara Municipal de Ibiporã (PR), abrangendo documentos em formatos A0 a A8, com preparação, higienização, digitalização, tratamento de imagem, OCR, indexação, organização arquivística, controle de qualidade, e entrega dos arquivos digitais em padrão PDF/A pesquisável e respectivos metadados, com armazenamento e transferência segura (mídias externas e/ou repositório em nuvem), incluindo a aplicação de certificação digital ICP-Brasil em todos os documentos digitalizados, no padrão PAdES (B-LT ou superior) com Carimbo do Tempo (TSA) e mecanismos de verificação de validade (CRL/OCSP), garantindo autenticidade, integridade, autoria, não repúdio e validade jurídica, conforme legislação e normas aplicáveis.
- 1.2.** Parágrafo único. A CONTRATADA deverá possuir laboratório próprio e estrutura técnica adequados para execução do objeto, localizados na Região Metropolitana de Londrina ou em raio de até 150 km de Ibiporã/PR, e apresentar plano de logística e segurança, assegurando a custódia física e a integridade do acervo durante todo o processo. O prazo para a instalação do laboratório, dentro do raio de até 150 km de Ibiporã, para empresas que não estejam na região delimitada, é de até 30 (trinta) dias corridos após a assinatura do Contrato.

2. Tabela Resumo do Objeto e Valores estimados*

Item	Descrição	Quantidade Estimada	Unidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Parcial (R\$)
1	Digitalização do acervo documental físico da Câmara Municipal de Ibiporã (PR), abrangendo documentos em formatos A0 a A8, com preparação, higienização, digitalização, tratamento de imagem, OCR, indexação, organização arquivística, controle de qualidade, e entrega dos arquivos digitais em padrão PDF/A pesquisável e respectivos metadados, com armazenamento e transferência segura (mídias externas e/ou repositório em nuvem), incluindo a aplicação de certificação digital ICP-Brasil em todos os documentos digitalizados, no padrão PAdES (B-LT ou	1.000.000	Folha (frente e verso se houver)	0,20	200.000,00



ESTADO DO PARANÁ CÂMARA MUNICIPAL DE IBIPORÃ

superior) com Carimbo do Tempo (TSA) e mecanismos de verificação de validade (CRL/OCSP), garantindo autenticidade, integridade, autoria, não repúdio e validade jurídica, conforme legislação e normas aplicáveis.

Valor Total Estimado: R\$ 200.000,00 (Duzentos Mil Reais).

****A Quantidade é Estimada, podendo ser menor ou maior, mas o pagamento final total a cada etapa realizada se dará pelo valor unitário, não gerando obrigação da Administração de pagar o valor total global estimado.***

****O dimensionamento final será ajustado mediante***

termo de recebimento e medições.

3. Fundamentação da Contratação

- 3.1. A presente contratação visa preservar, modernizar e ampliar o acesso ao acervo documental físico da Câmara Municipal de Ibiporã (PR), composto por aproximadamente 1.000.000 (um milhão) de folhas de natureza administrativa, legislativa e histórica, cuja guarda é exigida por normativos legais e que possui valor probatório e informacional. O armazenamento exclusivamente físico impõe riscos de degradação, extravio e dificulta o acesso rápido e seguro às informações.
- 3.2. A modalidade de licitação será Pregão Eletrônico pelo Menor Preço, com fundamentação legal na Lei nº. 14.133/2021, na Instrução Normativa Seges/ME nº. 73/2022 e no Ato da Mesa nº. 001/2023, que regulamenta a Lei de Licitações e Contratos no âmbito da Câmara Municipal de Ibiporã (PR). O processo observará ainda o Decreto nº. 10.278/2020 (Requisitos Técnicos de Digitalização), a Lei nº. 12.527/2011 (LAI) e a Lei nº. 13.709/2018 (LGPD).
- 3.3. A execução por empresa especializada permitirá digitalização integral com aplicação de OCR, tratamento de imagem, indexação e organização conforme padrões técnicos e legais, gerando PDF/A pesquisável e estrutura preparada para integração a sistema de gestão documental.
- 3.4. A implantação da certificação digital ICPBrasil complementa a digitalização a prover governança documental, trilhas de auditoria, controle de acesso, workflows, interoperabilidade, além de validade jurídica dos documentos assinados digitalmente, permitindo substituição da tramitação em papel quando compatível com a legislação. A digitalização com certificação digital ICP-Brasil visa: (i) ampliar o acesso à informação, (ii) reduzir custos com guarda física, (iii) mitigar riscos de deterioração e perdas, (iv) assegurar validade jurídica dos documentos digitais produzidos a partir de originais em papel, (v) cumprir LGPD quanto ao tratamento e proteção de dados pessoais, e (vi)



ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE IBIPORÃ

permitir pesquisa textual por meio de OCR e metadados padronizados. O acervo estimado em aproximadamente 1.000.000 de folhas demanda solução especializada.

- 3.5. A opção por execução em laboratório externo da CONTRATADA, sediada na Região Metropolitana de Londrina ou em um raio de até 150 km de Ibiporã, fundamenta-se na mitigação de riscos logísticos, no controle de segurança da informação e na viabilidade operacional, assegurando acompanhamento próximo pela fiscalização e redução de custos indiretos.
- 3.6. Empresas que não tenham laboratório instalado na região delimitada pelo Item 3.5 terão prazo de até 30 (trinta) dias corridos após a assinatura do Contrato para providenciar o local adequado, dentro do raio de até 150 km de Ibiporã, para a realização dos serviços constantes deste Termo de Referência, sem prejuízo da ampla concorrência.
- 3.7. A contratação, em lote único, garante uniformidade técnica, padronização dos metadados, rastreabilidade e maior eficiência no fluxo de trabalho, evitando fragmentação do processo e divergências na qualidade dos resultados. Além disso, contribui para a modernização administrativa, o fortalecimento da transparência pública e a adoção de práticas sustentáveis, reduzindo o uso de papel e o espaço físico destinado a arquivos, em consonância com os princípios da economicidade, eficiência e interesse público.
- 3.8. Frisa-se a estrita observância dos princípios inerentes à Administração Pública, tais como o da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da igualdade, bem como aos princípios da seleção da proposta mais vantajosa para a administração, a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, da probidade administrativa e do julgamento objetivo, além dos demais que lhes são correlatos. Neste viés, a escolha da empresa vencedora dar-se-á pelo menor preço.

4. Descrição Detalhada da Solução como um Todo

- 4.1. A presente contratação tem por finalidade a execução, por empresa especializada, dos serviços de digitalização, tratamento de imagem, indexação com OCR (Optical Character Recognition) e organização arquivística de aproximadamente 1.000.000 (um milhão) de folhas integrantes do acervo documental físico da Câmara Municipal de Ibiporã (PR), abrangendo documentos administrativos, legislativos e históricos, nos formatos A0 a A8, com aplicação de certificação digital no padrão ICPBrasil.
- 4.2. A Quantidade aproximada de 1.000.000 (um milhão) de folhas é **Meramente Estimada**, podendo ser menor ou maior, mas o pagamento final total a cada etapa realizada se dará pelo valor unitário, **não gerando obrigação da Administração de pagar o valor total global estimado**. O dimensionamento final será ajustado mediante termo de recebimento e medições.
- 4.3. O serviço deverá contemplar todo o ciclo de vida do objeto, compreendendo:
 - a) Planejamento e Preparação
 - o Reunião inicial com a fiscalização e a gestão designadas para alinhamento técnico e definição do cronograma detalhado.
 - o Recebimento, conferência e triagem do acervo documental, com organização física prévia conforme critérios estabelecidos pela unidade requisitante.



ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE IBIPORÃ

- Classificação preliminar dos documentos conforme tipo, origem e período, observando o Plano de Classificação Documental e a Tabela de Temporalidade Documental da instituição, quando aplicáveis, na ausência, a CONTRATADA deverá propor mapeamento mínimo para validação pela Administração.
- Retirada de elementos que impeçam a digitalização, como clipes, grampos e encadernações, com descarte ambientalmente adequado.
- Higienização leve e restauração mínima (quando necessária para permitir a captura).
- Registro de recebimento: termo de transferência com inventário (quantidade de caixas/volumes, séries documentais, período, condição do material).
- Etiquetagem e rastreabilidade: identificação única por unidade documental (caixa, dossiê, processo, volume, peça) e trilha de auditoria em sistema.

b) Digitalização e Tratamento de Imagem

- Equipamentos: scanners planetários, de grande formato e/ou alimentadores de folhas, conforme a natureza do acervo, preservando a qualidade e a legibilidade dos documentos; digitalização com resolução mínima de 300 DPI para documentos textuais e fotografias, e 600 DPI para documentos como plantas, mapas e desenhos técnicos em conformidade com o Decreto Federal nº. 10.278/2020.
- Captura em modo colorido, escala de cinza ou preto e branco, de acordo com a necessidade de preservação das características originais.
- Aplicação de tratamento de imagem para correção de distorções, rotação, ajuste de contraste e remoção de manchas ou imperfeições visuais.
- Geração de arquivos digitais no formato PDF pesquisável, com aplicação de OCR para permitir a busca textual nos conteúdos.
- Fluxos especiais: livros e volumes encadernados, sem corte do dorso, por meio de scanner planetário; peças frágeis com manuseio técnico especializado.

c) Indexação e Organização Digital

- Inserção de metadados padronizados por série/assunto (campos mínimos: número de protocolo, código da unidade, número do processo/documento, interessado, assunto, datas, palavras-chave, nível de classificação e temporalidade, quando aplicável, unidade responsável), garantindo padronização e rastreabilidade.
- Estruturação lógica dos arquivos digitais em pastas e subpastas, seguindo nomenclatura e hierarquia definidas pela Câmara.
- Garantia de compatibilidade dos arquivos com sistemas de gestão documental eventualmente utilizados pela instituição.
- Correção de skew, deskew, despeckle, equalização, recorte e padronização.
- OCR com taxa mínima de acerto $\geq 98\%$ em documentos de boa legibilidade; idioma português (e adicionais quando aplicável).
- Gerar PDF/A pesquisável (PDF/A-1b ou superior), mantendo fidelidade visual ao original.
- Arquivo CSV/JSON com metadados para integração a sistemas do Órgão (e.g., GED/SEI/ECM), além dos metadados embutidos no PDF/A



ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE IBIPORÃ

d) Segurança da Informação e Logística

- Execução dos serviços em laboratório próprio da CONTRATADA, instalado na Região Metropolitana de Londrina ou em um raio de até 150 km de Ibiporã (PR), para mitigar riscos de transporte e facilitar a fiscalização.
- Transporte seguro do acervo, com controle de rastreabilidade, integridade física e sigilo das informações, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº. 13.709/2018).
- Proibição de cópia, armazenamento não autorizado ou compartilhamento dos documentos por parte da CONTRATADA.

e) Assinatura digital e validação

- Assinatura digital ICP-Brasil em todos os documentos finais (ou dossiês digitais), no padrão PAdES B-LT (ou superior), com Carimbo do Tempo de Autoridade de Carimbo do Tempo (ACT/TSA); cadeia de certificação validável por CRL/OCSP.
- Responsável assinante: profissional da CONTRATADA designado como Autoridade de Assinatura do lote/documento;
- Relatório de validação por amostragem estatística e por lote (arquivo .pdf com status da assinatura; e planilha com hash SHA-256 e resultado de verificação).
- Selos de integridade e hash por arquivo; manter log imutável de operações (WORM ou equivalente) por 5 anos após o término do contrato.

f) Entrega e Suporte

- Entrega integral dos arquivos digitais em duas vias físicas (HD externo) de alta durabilidade, devidamente rotulados e organizados, sem custo adicional.
- Alternativamente ou adicionalmente, disponibilização de acesso seguro aos arquivos por meio de plataforma em nuvem (repositório seguro com criptografia em trânsito e em repouso), com autenticação e controle de acesso.
- Entrega de relatório final contendo a relação de documentos digitalizados, metadados aplicados e estrutura de organização utilizada.
- Padrão de saída: PDF/A pesquisável; imagens mestres (quando aplicável) em TIFF; metadados estruturados CSV/JSON.
- Organização de pastas: por série/documento, obedecendo convenção a ser aprovada pela Administração;
- Política de preservação: recomendações de backup, verificação de integridade (checksums) e plano de migração tecnológica.
- Suporte técnico mínimo de 12 (doze) meses a partir do recebimento definitivo, abrangendo a correção e reentrega de arquivos que apresentarem falhas de leitura, baixa qualidade de imagem ou problemas de indexação, sem nenhum custo adicional à CONTRATANTE.

5. Requisitos da Contratação

5.1. A execução dos serviços de digitalização, tratamento de imagem, indexação com OCR e organização arquivística, com sistema de integrado ao acervo digitalizado, e aplicação de certificação digital no padrão ICPBrasil, deverá atender, de forma integral, aos seguintes requisitos:

a. Requisitos Legais e de Sigilo

- Assinatura de Termo de Confidencialidade, garantindo o sigilo das informações durante todo o processo.



ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE IBIPORÃ

- Observância integral do Decreto Federal nº. 10.278/2020, da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº. 13.709/2018) e da Lei de Acesso à Informação (Lei nº. 12.527/2011).
- Responsabilidade da CONTRATADA por qualquer extravio, dano, perda ou vazamento de informações constantes nos documentos.
- Proibição expressa de armazenamento, cópia ou compartilhamento não autorizado dos documentos digitalizados.

b. Requisitos de Sustentabilidade

- Preferência por processos com eficiência energética e baixo impacto ambiental.
- Destinação correta de resíduos retirados dos documentos (grampos, clipes, plásticos), de acordo com a legislação ambiental vigente.
- Minimização do uso de insumos descartáveis e não recicláveis.

c. Requisitos de Garantia e Suporte

- Suporte técnico mínimo de 12 (doze) meses após o recebimento definitivo, para correção de falhas nos arquivos digitais entregues, sem nenhum custo adicional à CONTRATANTE.
- Reentrega, sem custo adicional para a CONTRANTE, de arquivos que apresentarem falhas de leitura, baixa qualidade de imagem ou problemas de indexação.

d. Requisitos de Manutenção e Continuidade

- Entrega final em duas vias físicas (HD externo) de alta durabilidade, devidamente rotulados e organizados, sem custo adicional à Administração.
- Treinamento básico aos servidores designados, com orientações sobre armazenamento, manuseio e consulta dos arquivos digitais.

e. Requisitos de certificação digital (ICP-Brasil)

- Assinaturas ICP-Brasil (PAdES com TSA): todos os documentos digitais deverão ser assinados eletronicamente no padrão PAdES, com aplicação obrigatória de Carimbo do Tempo (Time Stamping Authority - TSA), assegurando validade jurídica e temporal.
- Gestão de certificados: suporte à administração e utilização de certificados digitais de diferentes tipos (A3, A4, HSM, tokens), garantindo escalabilidade, segurança e conformidade com a política de segurança da informação da Câmara.
- Política de assinaturas: definição de parâmetros técnicos e jurídicos aplicáveis às assinaturas digitais, incluindo algoritmos criptográficos aceitos, prazos de validade e exigências legais específicas para documentos oficiais.
- Validação e verificação: funcionalidades que permitam a verificação automática da autenticidade das assinaturas digitais, com checagem da cadeia de certificação ICP-Brasil e consulta a listas de revogação (CRL/OCSP).
- Registro de evidências: manutenção de registros completos e invioláveis de todos os eventos relacionados às assinaturas digitais (quem assinou, quando, qual certificado utilizado), de forma a constituir prova de autenticidade, integridade e não repúdio.

6. Modelo de Execução do Objeto

6.1. A execução do objeto contratado seguirá as etapas, rotinas e condições abaixo descritas, assegurando o atendimento integral aos requisitos técnicos, prazos e padrões de qualidade estabelecidos pela Câmara Municipal de Ibiporã (PR):

a) Encaminhamento Formal da Demanda



ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE IBIPORÃ

- A execução dos serviços será iniciada mediante emissão de Ordem de Serviço (OS) pelo Gestor do Contrato, definindo o volume de documentos a serem processados e o prazo para conclusão de cada remessa, quando aplicável.
 - A OS será emitida em meio físico e/ou eletrônico, devidamente protocolada, servindo como instrumento formal para autorização de execução.
- b) Retirada e Transporte dos Documentos**
- A retirada dos documentos será realizada exclusivamente pela equipe da CONTRATADA, devidamente identificada, em veículo apropriado, com acondicionamento seguro que evite danos físicos ou violação de informações.
 - As retiradas e devoluções ocorrerão em horário comercial, somente em dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h, nas dependências da Câmara Municipal de Ibiporã (PR).
 - Cada movimentação de documentos será registrada em protocolo assinado pelas partes, contendo data, hora, descrição do material e volume transportado.
- c) Execução em Laboratório da CONTRATADA**
- A digitalização, tratamento de imagem, indexação e organização digital dos documentos será realizada no laboratório próprio da CONTRATADA, instalado na Região Metropolitana de Londrina ou em um raio de até 150 km de Ibiporã (PR).
 - A CONTRATADA deverá manter controle interno para rastreamento de cada lote de documentos, registrando etapas de processamento e assegurando a integridade e a confidencialidade das informações.
- d) Prazo de Execução**
- O contrato será por Escopo, com prazo inicial para execução integral dos serviços e entrega de todos os arquivos digitalizados de até 180 (cento e oitenta) dias corridos, contados a partir da data da emissão da Ordem de Serviço, podendo ser prorrogado por igual período desde que requisitado pela CONTRATADA em até 30 (trinta) dias antes do vencimento, devidamente justificado.
 - Se no prazo final de 360 (trezentos e sessenta) dias, o objeto não tiver sido entregue em sua totalidade, o contrato será prorrogado automaticamente até o término, através de simples apostilamento, de acordo com o artigo 6º, inciso XVII, da Lei nº. 14.133/2021.
 - As entregas parciais deverão ocorrer mediante prévia concordância da Administração, desde que respeitada a ordem de serviço e as condições contratuais.
- e) Entrega dos Resultados**
- Os arquivos digitalizados deverão ser entregues em duas vias físicas (HD externo) de alta durabilidade, devidamente rotulados e organizados, sem custo adicional para a Administração.
 - Alternativamente ou adicionalmente, os arquivos poderão ser disponibilizados por meio de acesso seguro em plataforma na nuvem, com autenticação e controle de acesso, desde que autorizado pelo Gestor do Contrato.
 - Cada entrega será acompanhada de Relatório de Digitalização, contendo a relação dos documentos processados, metadados aplicados e estrutura de organização utilizada.



ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE IBIPORÃ

f) Comunicação entre as Partes

- o As comunicações oficiais entre a fiscalização e/ou a gestão do contrato e a CONTRATADA serão realizadas por meio de:
 - Atas de reunião (presenciais ou virtuais);
 - Correio eletrônico institucional;
 - Ofícios administrativos ou protocolos formais emitidos pela Câmara.
- o Todas as decisões e instruções operacionais deverão ser registradas e arquivadas para fins de controle e auditoria.

7. Detalhamento das Especificações Técnicas

A CONTRATADA deve seguir na sua integralidade os seguintes detalhamentos das Especificações Técnicas:

7.1. A Preparação dos Documentos e Processos Físicos deve seguir os seguintes parâmetros:

- a) Todos os documentos físicos deverão ser preparados para a digitalização por meio da realização das atividades de desmontagem, higienização dos autos e qualquer outro procedimento que achar necessário. Este último, por sua vez, deve ser aprovado pela CONTRATANTE.
- b) A desmontagem inclui a desencadernação dos documentos dos processos e volumes, para individualizar cada folha, na verificação e ajuste de partes dobradas, amassadas, rasgadas ou agrupadas, assim como na conferência e ordenação de modo que todas as páginas estejam na mesma direção.
- c) A higienização inclui a retirada de bilhetes, marcadores, anotações, assim como quaisquer sujidades e corpos estranhos, tais como: prendedores metálicos, grampos, clips, insetos e outros agentes que possam provocar a deterioração dos documentos ou prejudicar a captura da imagem.
- d) Documentos ou papéis avulsos inseridos nos autos e que não façam parte dele deverão ser reservados e apresentados à CONTRATANTE.
- e) Ao final da etapa de preparação, as páginas deverão ser acondicionadas dentro das capas dos processos e volumes aos quais pertençam, sem afixação, e amarradas com barbante ou elástico para evitar perdas ou extravios.

7.2. A Captura da Imagem Digital deve ser realizada das seguintes formas:

- a) A CONTRATADA deverá realizar a captura da imagem digital de forma que seja garantido o máximo de fidelidade entre a imagem digital gerada e o documento original, conforme suas características físicas e estado de conservação.
- b) A CONTRATADA deverá realizar a digitalização das capas de processos, mapas e/ou plantas de qualquer tamanho, conforme orientações e critérios da CONTRATANTE. A digitalização de demais envoltórios deverá ser realizada conforme orientação da CONTRATANTE.



ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE IBIPORÃ

- c) As páginas em branco ou com carimbo que indique essa condição não serão objeto de faturamento e as imagens que correspondam a elas não deverão ser incluídas, de modo que não constarão nos documentos e processos digitalizados.
- d) A CONTRATADA deverá realizar a etapa de captura de imagem digital, com módulo de software do sistema específico para esta finalidade, observados os parâmetros mínimos de qualidade e desempenho a seguir:
 - I) Qualidade de resolução óptica e formato de arquivo;
 - II) Exclusão automática de páginas em branco;
 - III) Detecção de alimentação múltipla de documentos para captura da imagem;
 - IV) Reconhecimento óptico de caracteres (OCR); e,
 - V) Reconhecimento inteligente de caracteres para documento escrito à mão.
- e) O processamento para tratamento automático dos arquivos de imagens digitais em tempo de execução da captura da imagem ou posterior deverá conter os requisitos mínimos a seguir:
 - i) Reconhecimento das margens da imagem digital para eliminar áreas que não fazem parte documento original (Edgedetection/Cropping);
 - ii) Alinhamento horizontal e vertical automático (Deskewing) das informações da imagem digitalizada para correção de problemas em função de falhas na alimentação do lote ou outros erros de alinhamento, assim como para facilitar, acelerar e proporcionar maior precisão ao processo de reconhecimento óptico de caracteres (OCR);
 - iii) Remoção de manchas, ruídos, fundos, bordas e sombras das imagens digitais capturadas (Speckle removal e Deshade) para otimizar a compressão do arquivo e proporcionar maior precisão ao processo de reconhecimento óptico de caracteres (OCR).
- f) A CONTRATADA deverá entregar os representantes digitais para derivadas de acesso, geradas em formato PDF/A, de acordo com a necessidade da CONTRATANTE, com todas as imagens que pertençam a um processo em um arquivo de múltiplas páginas.
- g) Os representantes digitais para derivadas de acesso deverão ser armazenados temporariamente pela CONTRATADA até que sejam entregues e armazenadas de forma definitiva pela CONTRATANTE.
- h) As derivadas de acesso produzidas não poderão ultrapassar o tamanho máximo de 10 Mega Bytes. A CONTRATADA deve, neste caso, dividir o arquivo ou refazer a digitalização conforme orientado pela CONTRATANTE.
- i) Para fins de armazenamento, a derivada de acesso poderá sofrer reduções de informações que possibilitem a otimização do tamanho do arquivo, desde que sem perda da qualidade e conforme orientações e critérios da CONTRATANTE.



ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE IBIPORÃ

- j) A CONTRATADA deverá utilizar identificador dos representantes digitais dos processos físicos, unívoco, persistente, permanente, sucinto, com estrutura consistente e que sempre permita a sua localização, de forma que não existam no acervo de processos digitais dois representantes digitais com identificadores iguais, conforme esquema para geração de identificador (filename) previamente definido pela CONTRATANTE, se for possível.

7.3. A Indexação dos Arquivos de Imagens Digitais deve seguir as seguintes condições:

- a) A CONTRATADA deverá realizar a indexação das derivadas de acesso antes de realizar a entrega à CONTRATANTE, conforme os campos de índices, quando indicados.
- b) A CONTRATADA deverá indexar as derivadas de acesso com, no mínimo, campos de índices para o número do processo, número do contrato de todos os contratos pertencentes ao processo, número da SCS, ao menos 3 (três) campos de palavra-chave, nome e CNPJ do fornecedor contratado em cada contrato e modalidade da contratação aos quais pertençam, se for possível.
- c) O sistema integrado de controle e gestão usado pela CONTRATADA deverá permitir, no mínimo, a verificação e validação dos valores registrados nos campos de índice por meio de máscaras ou banco de dados externos e checagem de duplicidade, se for possível.

7.4. O processo de reconhecimento de caracteres deverá observar, no mínimo, os padrões de qualidade e desempenho a seguir:

- a) Reconhecimento de caracteres deve gerar um arquivo textual com o mesmo layout do documento digitalizado com a mesma disposição do texto em colunas e áreas existentes no original.
- b) Reconhecimento de caracteres em imagens de arquivos digitais devem ser produzidos a partir de documentos impressos ou manuscrito (OCR-ICR).
- c) Reconhecimento de caracteres em imagem de documentos impressos deverá ser realizado independente da fonte utilizada nas páginas dos autos de processos físicos, ainda que complexas.
- d) Reconhecimento de caracteres em documentos impressos deverá suportar no mínimo 10 idiomas.
- e) Reconhecimento de caracteres em diferentes tipos de documentos digitais: estruturados, semiestruturados e não estruturados.
- f) Produção de derivada de acesso será em formato PDF/A com a imagem do arquivo digital e o texto reconhecido para torná-lo pesquisável.
- g) Os caracteres devem ser reconhecidos e as palavras de forma a possibilitar a pesquisa por palavras e frases.



ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE IBIPORÃ

- h) Funcionamento do reconhecimento inteligente de caracteres com no mínimo 2 motores de leitura: para números e caracteres alfanuméricos.

8. Modelo de Gestão do Contrato (MGC)

8.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pela Câmara Municipal de Ibiporã (PR), observando o disposto na Lei nº. 14.133/2021, no Ato da Mesa nº. 001/2023 e demais normas aplicáveis, com o objetivo de assegurar que a entrega dos serviços ocorra em conformidade com as especificações técnicas, prazos e condições estabelecidas no Termo de Referência e no instrumento contratual.

a) Designação dos Responsáveis

- Gestor do Contrato: Diretor Geral da Câmara Municipal de Ibiporã, a quem compete o acompanhamento administrativo e a coordenação geral da execução contratual, respondendo pelo relacionamento institucional com a CONTRATADA e pela adoção de providências necessárias ao fiel cumprimento do objeto.
- Fiscal do Contrato: Senhor Artur Sebastião Gomes Fernandes ou seu suplente, devidamente nomeados por Ato do Presidente, responsável pela verificação técnica da execução, controle da qualidade, conformidade das entregas e ateste das faturas.

b) Atribuições do Gestor do Contrato

- Acompanhar o cumprimento das obrigações contratuais em seu aspecto global.
- Articular e intermediar a comunicação oficial entre a CONTRATADA e a fiscalização.
- Determinar providências necessárias para correção de falhas identificadas na execução.
- Encaminhar ao setor competente eventuais solicitações de alteração ou revisão contratual.
- Manter registro documental das comunicações e providências adotadas.

c) Atribuições do Fiscal do Contrato

- Verificar o cumprimento das especificações técnicas e dos prazos definidos.
- Acompanhar todas as etapas da execução, incluindo retirada e devolução dos documentos, processamento digital, indexação e entrega final.
- Conferir a integridade física e lógica dos documentos digitalizados.
- Solicitar à CONTRATADA a correção imediata de não conformidades.
- Registrar em relatório as ocorrências, medições e resultados obtidos.
- Atestar as notas fiscais/faturas, encaminhando-as para pagamento após validação.

d) Instrumentos e Rotinas de Acompanhamento

- Reuniões periódicas (presenciais ou virtuais) entre a fiscalização e a CONTRATADA, com registro em ata.
- Utilização de e-mail institucional para comunicações formais e registro de orientações.
- Protocolos formais para retirada e devolução dos documentos.
- Relatórios de acompanhamento elaborados pela fiscalização a cada etapa ou lote concluído.
- Registro de todas as ocorrências no dossiê do contrato para fins de controle e eventual auditoria.



ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE IBIPORÃ

e) Medidas em Caso de Irregularidades

- Notificação formal à CONTRATADA para correção de falhas, fixando prazo adequado.
- Aplicação de penalidades previstas no contrato em caso de descumprimento.
- Comunicação imediata à autoridade competente em situações de gravidade ou risco ao acervo documental.
- Registro das não conformidades e providências adotadas para resguardar o interesse público.

8.2. O presente modelo de gestão assegura a rastreabilidade das ações, a fiscalização efetiva dos serviços e a adoção de medidas preventivas e corretivas, garantindo a plena execução do objeto em conformidade com os princípios da eficiência, economicidade, legalidade e segurança da informação.

9. Critérios de Medição e Pagamento

9.1. A medição e o pagamento dos serviços contratados obedecerão aos seguintes critérios:

a) Forma de Medição

- A medição será feita com base na quantidade de folhas efetivamente digitalizadas, tratadas, indexadas com OCR e entregues em conformidade com as especificações técnicas previstas neste Termo de Referência.
- O volume será apurado pela fiscalização a partir dos relatórios de digitalização emitidos pela CONTRATADA, confrontados com a conferência amostral e/ou total dos arquivos digitais entregues.
- Somente serão consideradas para medição as folhas que apresentarem qualidade mínima de imagem, indexação correta e funcionamento pleno do OCR.
- Eventuais arquivos que apresentarem falhas (baixa resolução, indexação incompleta ou OCR inoperante) deverão ser refeitos pela CONTRATADA, sem ônus adicional, para que sejam contabilizados na medição.

b) Periodicidade da Medição

- A medição poderá ser mensal ou por lotes parciais, desde que definidos previamente na Ordem de Serviço e aprovados pelo Gestor do Contrato.
- A CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com cada entrega parcial, relatório discriminando:
 - Número de folhas processadas.
 - Tipos documentais.
 - Metadados aplicados.
 - Observações relevantes (ex.: documentos danificados, ajustes realizados).

c) Forma de Pagamento

- O pagamento será realizado em até 10 (dez) dias úteis após o ateste da nota fiscal pelo fiscal do contrato, condicionado à comprovação da conformidade dos serviços prestados.
- O valor pago corresponderá ao produto da quantidade de folhas aceitas na medição pelo preço unitário contratado.
- O pagamento poderá ser efetuado de forma proporcional ao volume efetivamente digitalizado, entregue e aprovado pela fiscalização, descontadas eventuais



ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE IBIPORÃ

penalidades aplicadas, limitado a medições mínimas de 20% (vinte por cento) do total estimado de documentos, conforme aferição do quantitativo efetivamente processado. A nota fiscal eletrônica deverá ser emitida em nome da Câmara Municipal de Ibiporã (PR), com indicação do número do contrato, da nota de empenho e da respectiva medição.

d) Condições para o Pagamento

- Cumprimento integral das obrigações contratuais e legais pela CONTRATADA.
- Ausência de pendências de reentrega por falhas detectadas.
- Regularidade fiscal e trabalhista comprovada no momento da liquidação.
- Entrega da documentação comprobatória exigida pela fiscalização.

e) Pagamentos Finais

- A última parcela do pagamento somente será liberada após a entrega integral de todos os serviços contratados, aprovação final da fiscalização e assinatura do Termo de Recebimento Definitivo.

Critérios de aceite: ambientes disponíveis; backup/restauração testados; conectividade segura; auditoria ativa; TSA/AC validadas.

Dependências: contratação de nuvem/hardware; acessos providos pela TI.

Critérios de aceite: testes unitários e integrados aprovados; endpoints autenticados; workflows executando; políticas de assinatura aplicadas; logs/auditoria operantes.

Dependências: M1 concluído; disponibilidade dos sistemas integrados.

Critérios de aceite: acurácia de OCR $\geq 95\%$; erro de indexação $\leq 1\%$; disponibilidade $\geq 99\%$ nos testes; 100% das assinaturas válidas com TSA; workflows sem pendências críticas.

Dependências: M2 concluído; amostra aprovada pela Câmara.

Critérios de aceite: cumprimento de SLA $\geq 95\%$; sucesso de assinaturas $\geq 99,5\%$; ausência de incidentes críticos pendentes; aprovação formal do fiscal do contrato.

Dependências: M3 concluído; equipes de negócio e TI alocadas; certificados/perfis operacionais ativos.

9.2. Medição por Marcos e certificação digital (ICP-Brasil) (itens globais).

- M1 (20%) instalação/provisionamento do (infra + plataforma operante).
- M2 (30%) parametrização, classificação, perfis e integrações via APIs.
- M3 (30%) importação e homologação do 1º lote no , com assinaturas PAdES/TSA.
- M4 (20%) operação assistida, treinamento e validação de assinaturas.

9.2.1. Distribuição financeira estimada (sobre R\$ 200.000,00 da Tabela 2.):

- M1 R\$ 40.000,00;
- M2 R\$ 60.000,00;



ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE IBIPORÃ

- o M3 R\$ 60.000,00;
- o M4 R\$ 40.000,00.

9.3. Reajuste

- 9.3.1. Após o interregno de 12 (doze) meses o contrato poderá ser reajustado pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) ou outro índice oficial que vier a substituí-lo, podendo haver o reequilíbrio econômico-financeiro a qualquer momento, desde que fundamentado pela CONTRATADA.

10. Checklist de Fiscalização, Medição e Pagamento por Preço Unitário

Dados da Medição

- Nº do Contrato: _____
- Nº da Ordem de Serviço: _____
- Período de Execução: _____
- Data da Medição: _____

1. Conferência Documental

- Relatório de medição entregue pela CONTRATADA, com discriminação das unidades executadas.
- Planilhas ou registros de produção contendo data, local, tipo de serviço e quantidade.
- Protocolos de retirada e devolução (quando houver transporte de bens/documentos).
- Comprovantes visuais (fotos, capturas de tela, amostras de arquivos, etc.) que confirmem a execução.

2. Verificação Quantitativa

- Conferência do total executado no período com base nos registros apresentados.
- Comparação com o quantitativo máximo previsto no contrato.
- Amostragem (ou conferência total) para confirmar que os quantitativos apresentados correspondem à execução real.

3. Verificação Qualitativa

- Conferência de conformidade técnica com o Termo de Referência (ex.: resolução mínima, formato, padrão visual).
- Teste do OCR e busca textual (quando aplicável).
- Conferência da indexação e metadados conforme padrão definido.
- Verificação da compatibilidade com sistemas internos da Administração.
- Conferência de que não há unidades duplicadas, incompletas ou com falhas.

4. Cumprimento de Prazos

- Execução dentro do prazo previsto na Ordem de Serviço.
- Registro de eventuais atrasos e justificativas apresentadas pela CONTRATADA.

5. Regularidade e Condições Contratuais

- Manutenção da regularidade fiscal e trabalhista da CONTRATADA no momento do ateste.
- Ausência de pendências de correção de medições anteriores.



ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE IBIPORÃ

- Atendimento às determinações e correções solicitadas nas fiscalizações anteriores.

6. Atesto

- Quantitativo aceito para pagamento: _____ unidades.
- Valor unitário contratado: R\$ _____.
- Valor total da medição: R\$ _____.

Assinaturas:

Fiscal do Contrato: _____ Data: // _____

11. Formas e Critérios de Seleção do Fornecedor

11.1. O objeto desta contratação - Contratação de empresa especializada, com laboratório próprio instalado na Região Metropolitana de Londrina ou em um raio de até 150 km do Município de Ibiporã (PR), para execução de serviços de digitalização de aproximadamente 1.000.000 (um milhão) de folhas, nos formatos A0 a A8, incluindo tratamento de imagem, indexação com OCR (Optical Character Recognition), organização arquivística, fornecimento de mão de obra especializada e equipamentos necessários, com entrega final em PDF/A pesquisável e mídias HD externas, garantindo padrões de qualidade, segurança da informação e conformidade legal) no padrão ICPBrasil (assinatura digital PAdES, com carimbo do tempo TSA), para assegurar autenticidade, integridade e não repúdio, viabilizando fluxos digitais e a guarda eletrônica com validade jurídica - enquadra-se na definição de bem comum, conforme inciso XIII do art. 6º da Lei nº. 14.133/2021, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

11.2. Dessa forma, a seleção do fornecedor será realizada por licitação, modalidade Pregão Eletrônico, critério de MENOR PREÇO GLOBAL, na Plataforma Compras GOV, adotando-se a modalidade mais adequada para aquisição de bens e serviços comuns, observando-se a legislação vigente e os regulamentos internos da Câmara Municipal de Ibiporã (PR).

11.3. Regime de execução será o de execução indireta, na forma de empreitada por preço unitário (folha efetivamente digitalizada), de acordo com o art. 6º, XXV, b da Lei nº. 14.133/2021, com o valor sendo definido por unidade de medida (folha, frente e verso), cujo pagamento é feito pelo quantitativo efetivamente executado, de acordo com as medições feitas pela Administração.

11.4. Para o presente objeto, não se aplica margem de preferência prevista no art. 26 da Lei nº. 14.133/2021.

11.5. A comprovação da capacidade técnica será exigida por meio da apresentação de atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa física ou jurídica de direito público ou privado, que demonstre(m) a execução satisfatória de serviços de natureza e complexidade equivalentes ou superiores aos descritos no presente Termo de Referência, admitindo-se quantitativo de até 5% (cinco por cento) do total previsto nesta contratação, ou seja, até 50.000 (cinquenta mil) folhas digitalizadas, e comprovação de experiência em assinatura digital.



ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE IBIPORÃ

- 11.6.** A habilitação técnica, somada ao atendimento das condições legais, operacionais e de segurança da informação, garantirá que a contratação seja firmada com empresa apta a executar o objeto em conformidade com as especificações técnicas e prazos estabelecidos.

12. Obrigações da CONTRATADA e da CONTRATANTE

12.1. Obrigações da CONTRATADA

A empresa vencedora da licitação deverá:

- a)** Executar integralmente os serviços contratados conforme as especificações técnicas, prazos e condições estabelecidas neste Termo de Referência e no instrumento contratual.
- b)** Fornecer toda a mão de obra, equipamentos, insumos e recursos necessários à execução dos serviços, sem ônus adicional para a Câmara Municipal de Ibiporã (PR).
- c)** Manter equipe técnica qualificada, com profissionais treinados e aptos a executar todas as etapas da digitalização, tratamento de imagem, indexação com OCR e organização arquivística.
- d)** Garantir a integridade física e lógica dos documentos sob sua guarda, respondendo por qualquer extravio, dano, adulteração ou vazamento de informações.
- e)** Cumprir rigorosamente as normas de segurança da informação, de acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), o Decreto Federal nº 10.278/2020 e demais legislações pertinentes.
- f)** Assegurar o transporte seguro do acervo entre a Câmara e o laboratório da CONTRATADA, utilizando veículos e acondicionamento adequados, com registro de protocolo em cada movimentação.
- g)** Realizar a digitalização com resolução mínima de 300 DPI para documentos textuais e fotografias, e 600 DPI para documentos como plantas, mapas e desenhos técnicos em conformidade com o Decreto Federal nº. 10.278/2020, aplicando OCR e metadados padronizados conforme orientações da Administração.
- h)** Organizar os arquivos digitais em formato PDF pesquisável, estruturados em pastas e subpastas de acordo com o plano de indexação aprovado.
- i)** Entregar os arquivos digitais finais em duas vias físicas (HD externo) de alta durabilidade, devidamente rotulados e organizados, sem custo adicional.
- j)** Reentregar, sem ônus, quaisquer arquivos que apresentarem falhas de leitura, baixa qualidade ou indexação incorreta.
- k)** Cumprir integralmente o prazo máximo de execução de 180 (cento e oitenta) dias corridos a partir da assinatura do contrato.



ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE IBIPORÃ

- l)** Participar de reuniões de acompanhamento sempre que solicitado pela fiscalização ou gestão do contrato.
- m)** Manter atualizadas as condições de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e técnica durante toda a execução contratual.
- n)** Não utilizar subcontratação, total ou parcial, sem prévia autorização formal da Administração.
- o)** Antes do início da execução dos serviços, deverá ser realizada vistoria técnica nas instalações da empresa CONTRATADA, com o objetivo de verificar as condições de segurança, infraestrutura e capacidade operacional para a correta execução dos serviços de digitalização.
- p)** A vistoria deverá ser agendada pela Administração da Câmara Municipal de Ibiporã, que verificará as condições técnicas e operacionais das instalações da CONTRATADA, bem como o atendimento às exigências de segurança da informação e de conservação do acervo documental, sendo que a execução dos serviços somente poderá ser iniciada após a aprovação formal da vistoria inicial pela administração.
- q)** Durante a vigência contratual, a Câmara Municipal de Ibiporã poderá, a qualquer tempo, realizar novas vistorias técnicas nas dependências da CONTRATADA, visando verificar o cumprimento das condições contratuais, das normas de segurança e das exigências operacionais estabelecidas neste Termo de Referência.

12.2. Obrigações da CONTRATANTE

A Câmara Municipal de Ibiporã (PR) deverá:

- a)** Emitir Ordem de Serviço (OS) para o início da execução e, quando aplicável, para cada lote parcial de documentos.
- b)** Disponibilizar à CONTRATADA os documentos a serem digitalizados, devidamente organizados e liberados para manuseio.
- c)** Garantir acesso às dependências da Câmara para a retirada e devolução dos documentos, exclusivamente no horário comercial (segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h).
- d)** Designar formalmente o Gestor do Contrato e o Fiscal do Contrato.
- e)** Acompanhar e fiscalizar a execução, verificando o cumprimento dos requisitos técnicos, prazos e padrões de qualidade.
- f)** Solicitar correções ou ajustes sempre que identificadas não conformidades, fixando prazos adequados para regularização.
- g)** Atuar de forma tempestiva na comunicação com a CONTRATADA, utilizando os canais formais definidos (atas, ofícios, e-mails institucionais).



ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE IBIPORÃ

- h) Atuar para prevenir riscos e apoiar a CONTRATADA no esclarecimento de dúvidas sobre classificação e temporalidade documental.
- i) Atuar no ateste das notas fiscais, liberando o pagamento em até 10 (dez) dias úteis após a comprovação da conformidade das entregas.
- j) Aplicar, quando cabível, as penalidades previstas em contrato, em caso de descumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA.

13. Dotação Orçamentária

13.1. ORIGEM DO RECURSO:

Lei Municipal nº. 3.428/2025 (Lei Orçamentária Anual – LOA).

13.2. DOTAÇÃO:

SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA.

01.031.0001.1002.4.4.90.40.00.00

14. Mapa de Riscos

Nº	Categoria	Risco Identificado	Probabilidade	Impacto	Classificação	Medidas Preventivas	Plano de Contingência
1	Logística/Operacional	Extravio ou dano físico de documentos durante transporte	Média	Alto	Alto	Transporte com lacres, escolta e rastreamento; protocolo assinado	Acionamento de seguro; acionamento do plano de recuperação documental
2	Técnico – Digitalização	Baixa qualidade de imagem ou falha no OCR	Média	Alto	Alto	Uso de equipamentos calibrados; amostragem de controle de qualidade	Reprocessamento imediato sem custo adicional
4	Legal/Sigilo	Violação de dados pessoais (LGPD)	Baixa	Alto	Alto	Controle de acesso; criptografia; NDA assinado	Comunicação imediata; mitigação conforme LGPD



ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE IBIPORÃ

Nº	Categoria	Risco Identificado	Probabilidade	Impacto	Classificação	Medidas Preventivas	Plano de Contingência
7	Certificação Digital	Assinatura inválida (PAdES/TS A)	Baixa	Alto	Alto	Validação automática no momento da assinatura	Reassinatura imediata com certificado válido
8	Certificação Digital	Expiração ou revogação de certificados	Média	Alto	Alto	Gestão proativa do ciclo de vida; alertas de vencimento	Renovação emergencial
9	Segurança da Informação	Vazamento de dados por perfis mal configurados	Baixa	Alto	Alto	Revisão periódica de perfis e permissões	Bloqueio imediato do perfil comprometido
10	Sustentabilidade	Descarte inadequado de resíduos	Baixa	Médio	Médio	Coleta seletiva; empresas certificadas para descarte	Recolhimento e destinação correta retroativa

15. Matriz de Riscos

Escala de Probabilidade:

- Baixa (B): < 30% de chance de ocorrência
- Média (M): 30% a 70% de chance
- Alta (A): > 70% de chance

Escala de Impacto:

- Baixo (B): Afeta apenas pontualmente, sem atrasos relevantes
- Médio (M): Afeta parcialmente, com necessidade de retrabalho moderado
- Alto (A): Afeta significativamente o cronograma, custo ou qualidade

Impacto / Probabilidade Baixa (B) Média (M) Alta (A)

Baixo (B)	-	-	-
Médio (M)	3, 10	6	-
Alto (A)	4, 9	1, 2, 5, 8	7

16. Responsabilidades na Gestão dos Riscos

Risco nº	Responsável Primário	Responsável Secundário	Observação
----------	----------------------	------------------------	------------



ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE IBIPORÃ

Risco n°	Responsável Primário	Responsável Secundário	Observação
1, 2, 3	Contratada	Fiscal	Cumprir padrões de qualidade e segurança
4	Contratada	Administração	Garantir conformidade LGPD
5, 6	Contratada	TI da Câmara	Garantir SLA e compatibilidade
7, 8	Contratada	Administração/TI	Gestão de certificados
9	Administração/TI	Contratada	Gestão de perfis no GED
10	Contratada	Administração	Gestão ambiental e sustentabilidade

17. Medidas Gerais de Mitigação

- Auditoria periódica do processo de digitalização e .
- Testes de carga e stress do sistema antes da homologação.
- Monitoramento contínuo de certificados e alertas automáticos.
- Backups diários e replicação geográfica.
- Treinamento contínuo das equipes em segurança da informação e uso do .

17.1. A Matriz de Riscos deixa claro quem responde por cada risco e qual o papel da Administração em apoiar ou mitigar impactos, prevenindo disputas e melhorando a governança contratual.

18. Sanções e Penalidades

18.1. A inexecução total ou parcial do objeto, a execução com vícios de qualidade ou a inobservância das condições pactuadas sujeitarão a CONTRATADA às sanções previstas neste Termo de Referência, no contrato e na legislação vigente, especialmente nos arts. 155 a 159 da Lei nº. 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

18.2. Falhas graves de disponibilidade, não conformidade de assinaturas PAdES/TSA, ou incidentes de segurança/privacidade poderão agravar o enquadramento da penalidade.

18.3. Hipóteses de Aplicação:

As penalidades poderão ser aplicadas nos seguintes casos, sem prejuízo de outras situações previstas em lei ou regulamento:

- a) Atraso injustificado na execução dos serviços ou descumprimento do cronograma acordado.
- b) Entrega de serviços em desacordo com as especificações técnicas ou de qualidade definidas no Termo de Referência.
- c) Não atendimento às solicitações de correção de falhas ou não conformidades dentro do prazo estabelecido pela fiscalização.
- d) Descumprimento de cláusulas contratuais, incluindo requisitos de segurança da informação e sigilo.



ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE IBIPORÃ

- e) Recusa injustificada em executar ordens de serviço emitidas pela CONTRATANTE.
- f) Transferência ou subcontratação não autorizada de parte ou totalidade do objeto.
- g) Prática de atos que atentem contra a lisura e a boa-fé na execução contratual.
- h) Manutenção de documentos ou informações da Câmara em poder da CONTRATADA após o encerramento do contrato, sem autorização.

18.4. Espécies de Penalidades:

Conforme a gravidade da infração poderão ser aplicadas as seguintes sanções:

1. Advertência
 - Aplicada por escrito, quando verificada irregularidade de pequena gravidade, desde que passível de correção imediata, sem prejuízo ao andamento dos serviços.
2. Multa
 - Mora: multa diária de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total contratado por dia de atraso injustificado, limitada a 10% (dez por cento);
 - Inexecução total ou parcial: multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;
 - As multas poderão ser descontadas de pagamentos devidos ou cobradas judicialmente.
3. Suspensão Temporária de Participar em Licitação e Contratar com a Administração
 - Pelo prazo de até 3 (três) anos, em casos de infrações graves que comprometam a execução contratual ou causem prejuízo significativo à Administração.
4. Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar
 - Aplicada nos casos mais graves, quando ficar demonstrado que a conduta da CONTRATADA prejudicou de forma relevante o interesse público ou a segurança do acervo documental, nos termos do art. 156, IV, da Lei nº. 14.133/2021.

18.5. Procedimento para Aplicação

- A aplicação de sanções obedecerá ao devido processo administrativo, com instauração formal, notificação da CONTRATADA, concessão de prazo mínimo de 5 (cinco) dias úteis para apresentação de defesa e decisão motivada pela autoridade competente.
- As penalidades poderão ser aplicadas cumulativamente, observados a proporcionalidade e o interesse público.
- pagamento ou desconto de multa não exime a CONTRATADA da obrigação de corrigir as falhas apontadas nem de responder por perdas e danos.

19. Disposições Finais



ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE IBIPORÃ

- 19.1.** A execução do presente contrato reger-se-á pelas disposições da Lei nº. 14.133/2021, pelo presente Termo de Referência, pelo instrumento contratual e pelas demais normas aplicáveis à Administração Pública, prevalecendo, em caso de divergência, o que for mais restritivo e protetivo ao interesse público.
- 19.2.** Todos os prazos, condições técnicas, exigências legais e procedimentos operacionais definidos neste Termo de Referência e no Estudo Técnico Preliminar que o fundamenta são de cumprimento obrigatório pela CONTRATADA, integrando o conjunto das obrigações contratuais.
- 19.3.** As especificações técnicas e demais informações contidas no Estudo Técnico Preliminar e demais anexos integram este Termo de Referência como parte indissociável, servindo de base para a execução e fiscalização do objeto.
- 19.4.** Não cumprimento, pela CONTRATADA, de quaisquer das cláusulas, obrigações e condições previstas poderá implicar na aplicação das sanções administrativas cabíveis, sem prejuízo de eventual responsabilização civil e criminal.
- 19.5.** Os casos omissos ou as situações não previstas neste documento serão resolvidos pela Administração, observando-se a legislação vigente, os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, razoabilidade, proporcionalidade e interesse público.
- 19.6.** Fica eleito o Foro da Comarca de Ibiporã (PR) para dirimir eventuais conflitos decorrentes da execução contratual, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Ibiporã, 28 de abril de 2026.

(assinado digitalmente)

RAFAEL EIK BORGES FERREIRA

Presidente da Câmara Municipal de Ibiporã (PR)

(assinado digitalmente)

JEFFERSON MARTINS DE ANDRADE

Diretor Geral/Setor Demandante

Ato do Presidente nº. 018/2025



ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE IBIPORÃ

ANEXO II – VISITA TÉCNICA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 90001/2026-CMI
(Processo Administrativo nº. 012/2026)

1. DA VISITA TÉCNICA

1.01. O participante deste processo poderá realizar, se assim manifestar interesse, através do seu representante, visita prévia e inspecionar o local objeto do desenvolvimento dos serviços, **do primeiro dia útil após a divulgação do Edital até o dia anterior à realização do Pregão Eletrônico**, agendada antecipadamente junto ao Diretor Geral da Câmara Municipal de Ibiporã (PR), de modo a obter, para sua própria utilização e por sua exclusiva responsabilidade, toda a informação necessária à elaboração da proposta, conforme o Termo de Vistoria (Visita Técnica).

1.02. Opcionalmente, caso a empresa optar em obter as informações para sua utilização através de outros meios, como telefone e e-mail, e considerar as informações satisfatórias, atendendo ao necessário para elaboração da proposta, poderá apresentar, se assim o quiser, a Declaração de Renúncia à Visita Técnica.

1.03. A não realização da Visita Técnica e/ou a não apresentação da Declaração de Renúncia, com a referida apresentação de proposta, caracteriza aceitação taxativa da empresa de todos os itens deste Pregão Eletrônico nº. 90001/2026-CMI, não cabendo contestações posteriores, principalmente, do objeto e seu detalhamento.

MODELO DE TERMO DE VISTORIA (VISITA TÉCNICA)

Referência: **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 90001/2026-CMI**

Declaro que a empresa, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na, bairro, município de, Estado de, inscrita no CNPJ sob nº, através do Sr., portador da Cédula de Identidade RG sob nº, C.P.F. sob nº, devidamente identificado, tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações relativas ao Objeto deste Pregão, através da vistoria do local onde serão executados os serviços, mediante inspeção e coleta de informações de todos os dados e elementos que possam vir a influir no valor da proposta a ser oferecida para execução dos trabalhos pertinentes.

Ibiporã/PR, em ____/____/2026.

Nome: _____

RG nº. _____

CPF nº. _____



ESTADO DO PARANÁ CÂMARA MUNICIPAL DE IBIPORÃ

MODELO DE DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA A VISITA TÉCNICA

(facultativo)

Referência: **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 90001/2026-CMI**

....., pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na
....., bairro, município de
....., Estado de, inscrita no CNPJ sob nº
....., neste ato representado por seu, Sr(a).
....., nacionalidade, estado civil, portador da Cédula de Identidade
nº, e inscrito no CPF nº, residente e
domiciliado a, bairro,, município de
....., Estado de, **DECLARA** que renuncia a
Visita Técnica aos locais e instalações para prestação dos serviços constantes neste PE, e que
o quadro técnico da empresa tomou conhecimento de todas as informações e das condições
para o cumprimento das obrigações relacionadas e de todos os dados e elementos necessários
à perfeita elaboração da proposta a ser oferecida para execução dos serviços.

Cidade/UF, em ____/____/2026.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

Nome:

RG/CPF:

Cargo:



ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE IBIPORÃ

ANEXO III - DECLARAÇÃO UNIFICADA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 90001/2026-CMI
(Processo Administrativo nº. 012/2026)

Ao Agente de Contratação/Pregoeiro e Equipe de Apoio
Câmara Municipal de Ibiporã (PR)
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026-CMI

Pelo presente instrumento, a empresa, CNPJ nº, com sede na, através de seu representante legal infra-assinado, que:

() Declara, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que se enquadra na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, nos termos da Lei Complementar nº. 123/06, alterada pela Lei Complementar nº. 147/14, bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação.*

1) Declaramos, para os fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, não empregamos menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos de idade.

2) Declaramos, para os fins que até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos para habilitação no presente processo licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

3) Declaramos, para os fins que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.

4) Declaramos, para os devidos fins que não possuímos em nosso quadro societário e de empregados, servidor ou dirigente de órgão ou entidade CONTRATANTE ou responsável pela licitação.

5) Comprometo-me a manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6) Declaramos, para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por esta Câmara Municipal, que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a)....., Portador(a) do RG sob nº e CPF nº, cuja função/cargo é.....(sócio administrador/procurador/diretor/etc), responsável pela assinatura do contrato.

7) Declaramos, para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, concordo que o Contrato seja encaminhado para o seguinte endereço eletrônico:
E-mail:



ESTADO DO PARANÁ CÂMARA MUNICIPAL DE IBIPORÃ

Telefone: () _____

8) Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração a esta Câmara Municipal, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

9) Nomeamos e constituímos o senhor(a)....., portador(a) do CPF/MF sob n.º....., para ser o(a) responsável para acompanhar a execução do contrato, referente ao Pregão Eletrônico n.º 90001/2026-CMI e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos no Contrato.

Local e data _____

Nome, cargo e dados do representante comercial



ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE IBIPORÃ

ANEXO IV - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

PREGÃO ELETRÔNICO N°. 90001/2026-CMI
(Processo Administrativo n°. 012/2026)

Razão Social:
Nome de Fantasia (se houver):
CNPJ n°
Endereço:
Telefone:

Item	Descrição	Quantidade Estimada	Unidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Parcial (R\$)
1	Digitalização do acervo documental físico da Câmara Municipal de Ibiporã (PR), abrangendo documentos em formatos A0 a A8, com preparação, higienização, digitalização, tratamento de imagem, OCR, indexação, organização arquivística, controle de qualidade, e entrega dos arquivos digitais em padrão PDF/A pesquisável e respectivos metadados, com armazenamento e transferência segura (mídias externas e/ou repositório em nuvem), incluindo a aplicação de certificação digital ICP-Brasil em todos os documentos digitalizados, no padrão PAdES (B-LT ou superior) com Carimbo do Tempo (TSA) e mecanismos de verificação de validade (CRL/OCSP), garantindo autenticidade, integridade, autoria, não repúdio e validade jurídica, conforme legislação e normas aplicáveis.	1.000.000	Folha (frente e verso se houver)		

Valor Global da Proposta por Extenso:
Prazo de validade da proposta:

Cumpre-nos informar-lhes ainda que examinamos os documentos da licitação, inteirando-nos dos mesmos para elaboração da presente proposta e estamos de acordo com todos as exigências constantes do Edital e seus Anexos.

E em consonância aos referidos documentos, declaramos que:



ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE IBIPORÃ

1. A validade da proposta é de 60 (sessenta) dias, no mínimo.
2. No preço proposto já estão incluídos todos os tributos, fretes, taxas, seguros, encargos sociais, trabalhistas e todas as demais despesas necessárias à execução do objeto;
3. O preço proposto deverá ser expresso em moeda corrente nacional (Real), **com até duas casas decimais (0,00)**;

<ul style="list-style-type: none">- Dados da Empresa:- Razão Social:- CNPJ/MF:- Endereço:- Cidade/UF:- CEP:- Tel./Fax:- E-mail:- Banco:- Agência:- Conta:- Chave PIX:	<ul style="list-style-type: none">- Dados do Representante Legal da Empresa para assinatura do Contrato:- Nome:- Endereço:- CEP:- Cidade/UF:- CPF/MF:- RG/Órgão Expedidor:- Cargo/Função:- Naturalidade:- Nacionalidade:- Estado Civil:- E-mail:
--	---

Local e data _____

Nome, cargo e dados do representante comercial



ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE IBIPORÃ

ANEXO V – MINUTA DE CONTRATO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 90001/2026-CMI
(Processo Administrativo nº. 012/2026)

CONTRATO QUE FAZEM ENTRE SI A CÂMARA MUNICIPAL DE IBIPORÃ (PR) E A EMPRESA XXXX PARA DIGITALIZAÇÃO DO ACERVO DOCUMENTAL FÍSICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE IBIPORÃ (PR), ABRANGENDO DOCUMENTOS EM FORMATOS A0 A A8, COM PREPARAÇÃO, HIGIENIZAÇÃO, DIGITALIZAÇÃO, TRATAMENTO DE IMAGEM, OCR, INDEXAÇÃO, ORGANIZAÇÃO ARQUIVÍSTICA, CONTROLE DE QUALIDADE, E ENTREGA DOS ARQUIVOS DIGITAIS EM PADRÃO PDF/A PESQUISÁVEL E RESPECTIVOS METADADOS, COM ARMAZENAMENTO E TRANSFERÊNCIA SEGURA (MÍDIAS EXTERNAS E/OU REPOSITÓRIO EM NUVEM), INCLUINDO A APLICAÇÃO DE CERTIFICAÇÃO DIGITAL ICP-BRASIL EM TODOS OS DOCUMENTOS DIGITALIZADOS, NO PADRÃO PADES (B-LT OU SUPERIOR) COM CARIMBO DO TEMPO (TSA) E MECANISMOS DE VERIFICAÇÃO DE VALIDADE (CRL/OCSP), GARANTINDO AUTENTICIDADE, INTEGRIDADE, AUTORIA, NÃO REPÚDIO E VALIDADE JURÍDICA, CONFORME LEGISLAÇÃO E NORMAS APLICÁVEIS, EM CONSONÂNCIA COM AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 90001/2026:

CONTRATO Nº XXX/2026-CMI.
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 90001/2026-CMI
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 012/2026

A CÂMARA MUNICIPAL DE IBIPORÃ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no MF/CNPJ sob nº. 77.703.114/0001-22, com sede na Avenida dos Estudantes, nº. 299, Ibiporã – Paraná, CEP 86206-055 neste ato representado pelo seu Presidente, **VEREADOR RAFAEL EIK BORGES FERREIRA**, RG 8.183.709-0 – SESP-PR, CPF 044.298.579-70, residente e domiciliado à Avenida Santos Dumont, nº. 860, Apto. 906, Vila Martins, no Município de Ibiporã, Estado do Paraná, doravante denominada **CONTRATANTE**; e a empresa, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJMF. sob nº., estabelecida na Rua, nº., - – CEP. – –, neste



ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE IBIPORÃ

ato representada pelo Sr (qualificação - brasileiro, casado, do comércio, portador da Cédula de Identidade nº. /Pr., inscrito no CNPF/MF. sob nº.), residente e domiciliado na Rua, nº. – CEP. – – ...Pr., daqui por diante denominada **CONTRATADA**; e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente contrato, cuja celebração foi autorizada pelo despacho exarado no Processo Administrativo nº. 012/2026; e que se regerá pela Lei nº. 14.333/2021, de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

- 1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada para digitalização do acervo documental físico da Câmara Municipal de Ibiporã (PR), abrangendo documentos em formatos A0 a A8, com preparação, higienização, digitalização, tratamento de imagem, OCR, indexação, organização arquivística, controle de qualidade, e entrega dos arquivos digitais em padrão PDF/A pesquisável e respectivos metadados, com armazenamento e transferência segura (mídias externas e/ou repositório em nuvem), incluindo a aplicação de certificação digital ICP-Brasil em todos os documentos digitalizados, no padrão PAdES (B-LT ou superior) com Carimbo do Tempo (TSA) e mecanismos de verificação de validade (CRL/OCSP), garantindo autenticidade, integridade, autoria, não repúdio e validade jurídica, conforme legislação e normas aplicáveis, conforme estimativa e especificações que constam no Anexo I – Termo de Referência, do Edital PE nº. 90001/2026-CMI.
- 1.2. Trata-se no presente caso de serviço comum, conforme inciso XIII do art. 6º da Lei nº. 14.133/2021, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, conforme tabela abaixo:

Prestação de serviço de digitalização do acervo documental físico da Câmara Municipal de Ibiporã (PR), abrangendo documentos em formatos A0 a A8, com preparação, higienização, digitalização, tratamento de imagem, OCR, indexação, organização arquivística, controle de qualidade, e entrega dos arquivos digitais em padrão PDF/A pesquisável e respectivos metadados, com armazenamento e transferência segura (mídias externas e/ou repositório em nuvem), incluindo a aplicação de certificação digital ICP-Brasil em todos os documentos digitalizados, no padrão PAdES	R\$ x
---	-------



ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE IBIPORÃ

(B-LT ou superior) com Carimbo do Tempo (TSA) e mecanismos de verificação de validade (CRL/OCSP), garantindo autenticidade, integridade, autoria, não repúdio e validade jurídica, conforme legislação e normas aplicáveis, conforme estimativa e especificações que constam no Anexo I – Termo de Referência, do Edital PE nº. 90001/2026-CMI	
TOTAL	R\$ x

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição.

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta da CONTRATADA, datada de xx/04/2026;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O contrato será por Escopo, com prazo inicial para execução integral dos serviços e entrega de todos os arquivos digitalizados de até 180 (cento e oitenta) dias corridos, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço, podendo ser prorrogado por igual período desde que requisitado pela CONTRATADA em até 30 (trinta) dias antes do vencimento, devidamente justificado.

2.2. Se no prazo final de 360 (trezentos e sessenta) dias, o objeto não tiver sido entregue em sua totalidade, o contrato será prorrogado automaticamente até o término, através de simples apostilamento, de acordo com o artigo 6º, inciso XVII, da Lei nº. 14.133/2021.

2.3. Qualquer prorrogação de prazo deverá ser solicitada por escrito e com exposição de motivos ao Fiscal do Contrato, a quem incumbirá emitir parecer e encaminhar posteriormente à Direção Geral da CONTRATANTE para decisão final.

2.4. A prorrogação do prazo de vigência do contrato deverá ser solicitada, no máximo, 30 (trinta) dias antes da sua extinção.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Edital do PE nº. 90001/2026-CMI e seus Anexos, em especial o Termo de Referência.

CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, sem anuência da CONTRATANTE.



ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE IBIPORÃ

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ (.....).

5.2. As condições de pagamento seguirão as cláusulas constantes no Edital do PE nº. 90001/2026-CMI e seus Anexos, em especial o Termo de Referência.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Edital do PE nº. 90001/2026-CMI e seus Anexos, em especial o Termo de Referência ato.

CLÁUSULA SÉTIMA – REPACTUAÇÃO E/OU REAJUSTE DOS PREÇOS CONTRATADOS

7.1. Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, conforme condições constantes do Edital do PE nº. 90001/2026-CMI e seus Anexos, em especial o Termo de Referência.

7.2. A repactuação será precedida de solicitação da CONTRATADA, acompanhada de demonstração analítica da variação dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços, ou do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação (artigo 135, § 6º, da Lei nº. 14.133/2021).

7.3. Os valores contratados poderão ser reajustados, após o interregno de 12 (doze) meses com base no artigo 25 da Lei nº. 14.133/2021, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) ou outro índice que vier a substituí-lo, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, finalizado em 01/04/2026.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. As obrigações da CONTRATANTE estão detalhadas no Edital do PE nº. 90001/2026-CMI e seus Anexos, em especial o Termo de Referência.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da CONTRATADA estão detalhadas no Edital do PE nº. 90001/2026-CMI e seus Anexos, em especial o Termo de Referência.

CLAÚSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº. 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

CLÁUSULA ONZE – GARANTIA DA EXECUÇÃO

11.1. As modalidades de garantia estão previstas no Edital do PE nº. 90001/2026-CMI e seus Anexos, em especial o Termo de Referência.

CLAÚSULA DOZE – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Todas as modalidades de infrações estão previstas no Edital do PE nº. 90001/2026-CMI e seus Anexos, em especial o Termo de Referência.

CLAÚSULA TREZE – EXTINÇÃO CONTRATUAL



ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE IBIPORÁ

- 13.1. O contrato será extinto quando forem cumpridas todas as obrigações de ambas as partes contraentes.
- 13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.
- 13.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº. 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 13.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 13.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 13.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica CONTRATADA, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 13.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
- 13.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 13.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 13.4.3. Indenizações e multas.
- 13.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei nº. 14.133, de 2021).
- 13.6. A CONTRATANTE poderá conceder prazo para que a CONTRATADA regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de extinção contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.
- 13.7. A CONTRATANTE poderá ainda:
- 13.7.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pela CONTRATADA, reter a garantia prestada a ser executada (art. 139, III, “c”, da Lei nº. 14.133/2021), conforme legislação que rege a matéria; e
- 13.7.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº. 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor da CONTRATADA decorrentes do contrato
- 13.8. O contrato poderá ser extinto caso se constate que a CONTRATADA mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº. 14.133, de 2021).

CLÁUSULA QUATOZE - ALTERAÇÕES



ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE IBIPORÃ

- 14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº. 14.133, de 2021.
- 14.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme previsão da Lei nº. 14.133/2021.
- 14.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº. 14.133, de 2021).
- 14.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº. 14.133, de 2021.

CLAÚSULA QUINZE – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Câmara Municipal de Ibiporã (PR), na dotação abaixo discriminada:

SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA.

01.031.0001.1002.4.4.90.40.00.00

CLAÚSULA DEZESSEIS – CASOS OMISSOS

- 16.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº. 14.133, de 2021, no Ato da Mesa nº. 001/2023, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº. 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLAÚSULA DEZESSETE – PUBLICAÇÃO

- 17.1. Incumbirá À CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº. 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet e no Jornal Oficial do Município de Ibiporã (PR).

CLAÚSULA DEZOITO – FORO

- 18.1. Fica eleito o foro da Comarca de Ibiporã, Estado do Paraná, renunciando de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para processar as questões resultantes desta licitação e que não possam ser dirimidas administrativamente.

Ibiporã, xx de xxx de 2026.



ESTADO DO PARANÁ CÂMARA MUNICIPAL DE IBIPORÃ

RAFAEL EIK BORGES FERREIRA

Presidente da Câmara - Contratante

RG: 8.183.709-0

CPF: 044.298.579-70

XXX

Administradora – Contratada

RG: xxx

CPF: xxxx

Camila T. A. de Paula Machado

Testemunha 1

RG nº. 8.951.028-7

CPF nº 069.689.629-00

(assinado digitalmente)

Edson Miguel da Silva

Testemunha 2

RG: 5.907.440-7

CPF: 979.084.289-91

(assinado digitalmente)